BRASIL E O RACISMO ESTRUTURAL: UM OLHAR SOBRE SUAS RAÍZES E SEUS EFEITOS CONTEMPORÂNEOS

GRACIANE LEANDRO BIRIBILI

Resumo

Este trabalho propõe uma breve reflexão sobre o racismo estrutural no contexto brasileiro, com ênfase em suas raízes históricas e nos seus desdobramentos nas relações sociais contemporâneas. Diferente do racismo interpessoal geralmente associado a atos explícitos de discriminação, o racismo estrutural está inserido no funcionamento cotidiano das instituições e das práticas sociais, operando de forma silenciosa, persistente e muitas vezes naturalizada. No Brasil, essa forma de racismo é um legado direto do colonialismo e da escravidão, cujos efeitos seguem moldando as condições de vida da população negra até os dias atuais.

A sociedade brasileira foi construída sobre bases racistas desde o período colonial, com a escravidão e a violência contra povos indígenas sustentando uma hierarquia racial. A abolição da escravidão, sem medidas de reparação, manteve a exclusão da população negra. Ao mesmo tempo, o Estado incentivou o embranquecimento e negou o racismo, fortalecendo o mito da democracia racial.

Esse processo histórico de exclusão institucionalizada consolidou o racismo como parte do funcionamento das estruturas sociais brasileiras. Utilizando uma perspectiva crítica e multidisciplinar, esta pesquisa busca compreender como o racismo foi normalizado e institucionalizado em diversas esferas como a educação, o sistema judiciário, o mercado de trabalho, a mídia e a política e como ele continua a operar de maneira sistemática, mesmo em contextos em que a igualdade formal de direitos é reconhecida pela Constituição.

O racismo estrutural se expressa na educação, no trabalho e no sistema penal, afetando desproporcionalmente a população negra e indígena. Apesar disso, movimentos sociais, lideranças negras e a produção cultural têm atuado como formas de resistência, promovendo visibilidade, memória e enfrentamento às desigualdades históricas.

Este estudo analisa o racismo estrutural no Brasil, destacando tanto os mecanismos de exclusão quanto as formas de resistência. Defende que enfrentar o racismo exige mudanças estruturais e coletivas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Desigualdade social; Resistência cultural; Relações raciais.

Introdução

O racismo estrutural é uma realidade profundamente enraizada na história e nas instituições brasileiras. Diferente de manifestações pontuais de preconceito, ele opera de forma sistêmica, moldando desigualdades históricas e produzindo barreiras silenciosas, porém persistentes, especialmente para as populações negra e indígena. Suas consequências se refletem em diferentes esferas da vida social — da economia à política, da cultura à educação e evidenciam o quanto a desigualdade racial segue sendo um dos principais obstáculos para a justiça social no país.

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos do racismo estrutural no campo educacional, com foco especial nas escolas públicas brasileiras. A discussão será desenvolvida em cinco capítulos. O primeiro capítulo explora o conceito de racismo estrutural no Brasil, contextualizando suas origens e analisando como ele se manifesta por meio das instituições sociais. A partir de uma perspectiva histórica e crítica, busca-se entender como a exclusão racial foi normalizada ao longo do tempo.

No segundo capítulo, o foco recai sobre os efeitos do racismo estrutural na educação pública. Serão discutidas as desigualdades no acesso e na permanência de estudantes negros nas escolas, observando como fatores como localização geográfica, infraestrutura precária e ausência de políticas de inclusão contribuem para a reprodução da desigualdade.

O terceiro capítulo aprofunda essa análise ao comparar as oportunidades educacionais entre alunos brancos e negros nas escolas

públicas. Com base em dados estatísticos e estudos acadêmicos, examina-se a diferença no desempenho escolar, nas taxas de evasão e no acesso ao ensino superior, evidenciando as desigualdades raciais persistentes no sistema educacional.

O quarto capítulo amplia esse panorama ao apresentar um retrato mais abrangente da desigualdade racial nas escolas públicas brasileiras. A partir da observação de práticas pedagógicas, do currículo escolar e da ausência de representatividade racial no ambiente escolar, será debatido como a educação ainda reforça, muitas vezes de forma inconsciente, estruturas de exclusão.

Por fim, o quinto capítulo propõe uma reflexão sobre caminhos possíveis para o enfrentamento do racismo estrutural por meio de políticas públicas e ações afirmativas. Iniciativas como cotas raciais, formação antirracista de professores e valorização das culturas afro-brasileira e indígena são analisadas como estratégias fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Ao longo do artigo, busca-se demonstrar que a superação do racismo estrutural não é possível sem o reconhecimento de sua existência e sem a implementação de políticas concretas e duradouras. A educação, enquanto espaço de formação cidadã, tem papel central nesse processo de transformação.

1.Racismo estrutural no Brasil

O racismo estrutural no Brasil é um fenômeno complexo e profundamente enraizado na formação social, política e econômica do país. Ao contrário de manifestações explícitas de preconceito, o racismo estrutural opera de forma sistêmica, perpetuando desigualdades raciais por meio de instituições e práticas cotidianas aparentemente neutras. Suas origens remontam ao período colonial, quando a escravidão foi institucionalizada por mais de três séculos, e milhões de africanos foram trazidos à força para o trabalho compulsório nas plantações e cidades brasileiras.

A abolição formal da escravidão em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, não foi acompanhada por políticas públicas de inclusão ou reparação. Ao contrário, os ex-escravizados foram deixados à própria sorte, enquanto o Estado brasileiro promoveu políticas de branqueamento da população, incentivando a imigração europeia em detrimento da população negra. Essa omissão histórica consolidou a exclusão social dos negros e criou bases sólidas para a naturalização das desigualdades raciais, que persistem até os dias atuais.

De acordo com Silva (2019), o racismo estrutural "não se resume a atitudes individuais, mas se manifesta nas relações institucionais e nas estruturas de poder, sendo reproduzido pelas práticas do Estado, do mercado e da sociedade civil". Essa reprodução sistemática se reflete em indicadores sociais que apontam para a vulnerabilidade da população negra em diferentes áreas: menor acesso à educação de qualidade, maior desemprego, maior letalidade policial, e sub-representação em cargos de liderança e decisão.

O campo jurídico e o sistema de justiça exemplificam bem como o racismo estrutural atua. Estudos apontam que pessoas negras são mais frequentemente condenadas e recebem penas mais severas em comparação com pessoas brancas em situações semelhantes. Essa seletividade penal reforça um ciclo de criminalização e exclusão que se alimenta da própria estrutura social racista.

De acordo com (ALMEIDA, 2019, p. 45-46)

“O racismo estrutural no Brasil é um fenômeno que ultrapassa as ações individuais de preconceito, estando profundamente enraizado nas instituições e nas relações sociais. Ele se manifesta na organização do Estado, nas políticas públicas, nas práticas educacionais, no mercado de trabalho e na cultura, resultando em desigualdades persistentes entre pessoas negras e brancas. Essa forma de racismo é produto histórico do colonialismo e da escravidão, que configuraram uma sociedade marcada pela hierarquização racial e pela exclusão sistemática dos negros e indígenas. Mesmo após a abolição formal da escravidão, as estruturas sociais permaneceram intactas, mantendo padrões discriminatórios que se reproduzem de maneira invisível e cotidiana. Reconhecer o racismo estrutural implica compreender que o problema não está apenas nas atitudes individuais, mas em um sistema que privilegia

determinadas raças enquanto marginaliza outras, exigindo intervenções profundas para promover a equidade racial no Brasil."
Portanto, para enfrentar o racismo estrutural, é necessário mais do que combater atitudes individuais de preconceito. É imprescindível promover transformações institucionais profundas, repensando políticas públicas, currículos escolares, práticas policiais e o acesso equitativo a oportunidades. Sem isso, as desigualdades raciais continuarão sendo reproduzidas e legitimadas pelo próprio funcionamento das estruturas sociais brasileiras. A escravidão no Brasil, que perdurou por mais de três séculos, constituiu um dos pilares da construção econômica e social do país. Durante esse período, milhões de africanos foram forçados a trabalhar em condições desumanas, privados de direitos básicos e tratados como mercadoria. A estrutura social brasileira foi moldada com base nessa lógica de exploração, criando uma hierarquia racial que beneficiava a população branca em detrimento da negra.
Segundo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 345)
Brasil, mas não representou, por si só, a resolução das desigualdades raciais construídas durante séculos de exploração e "A Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, marcou oficialmente o fim da escravidão na opressão. A abolição sem políticas públicas de inclusão, reparação e acesso a direitos básicos deixou os ex-escravizados em situação de marginalização social e econômica, consolidando um racismo estrutural que perdura até os dias atuais. Assim, a assinatura da Lei Áurea foi o ponto final da escravidão legal, mas o início de uma longa luta contra as desigualdades raciais ainda presentes na sociedade brasileira."
Assim podemos concluir que não houve qualquer tipo de política de reparação ou inclusão social para os ex-escravizados. Sem acesso à terra, educação ou empregos formais, a população negra foi largamente marginalizada e excluída dos processos de desenvolvimento econômico e social. Essa ausência de políticas públicas após a abolição contribuiu para a perpetuação da pobreza, da desigualdade e da segregação racial.
Ainda de acordo com Schwarcz e Starling (2015), "a abolição se deu sem a menor preocupação em incorporar os ex-escravizados à sociedade de forma justa ou equitativa. Eles foram abandonados à própria sorte, o que aprofundou a desigualdade que já existia". Essa negligência histórica criou um ciclo contínuo de exclusão, em que os descendentes dos escravizados continuaram a ocupar posições subalternas e a enfrentar barreiras estruturais para o acesso à cidadania plena.
Ainda hoje, os efeitos dessa omissão são visíveis nos dados socioeconômicos: a população negra representa a maioria entre os mais pobres, os desempregados, os que têm menor escolaridade e os que mais sofrem com a violência institucional. O racismo não desapareceu com o fim da escravidão; ele foi transformado em formas mais sutis e institucionalizadas de exclusão, que continuam a reproduzir desigualdades de geração em geração.
Portanto, a escravidão e a falta de medidas reparatórias após sua abolição são elementos centrais para compreender o cenário atual de desigualdade racial no Brasil. O reconhecimento dessa dívida histórica é o primeiro passo para pensar políticas públicas que enfrentem essas disparidades de forma estrutural.

2.O Racismo Estrutural e a Educação Pública no Brasil: desigualdades no acesso e na permanência

O racismo estrutural no Brasil está intrinsecamente ligado às desigualdades presentes no sistema educacional público. Embora a Constituição de 1988 tenha garantido o direito universal à educação, o acesso e a permanência de estudantes negros na escola ainda são marcados por barreiras históricas e institucionais que refletem um padrão de exclusão racial persistente. Tais desigualdades não são ocasionais, mas fazem parte de uma engrenagem social que mantém a população negra em desvantagem, desde os primeiros anos da educação básica até o ensino superior, passando por experiências de exclusão simbólica e material. Escolas localizadas em periferias urbanas, onde há maior concentração da população negra, apresentam infraestrutura precária, menor investimento e alta rotatividade de professores — fatores que prejudicam o desempenho e a permanência dos alunos (SANTOS, 2021).

Além disso, o currículo escolar frequentemente ignora ou sub-representa a história e a cultura afro-brasileira e indígena, contribuindo para a alienação e o apagamento dessas identidades no ambiente escolar. A ausência de representatividade entre docentes e gestores escolares também reforça a ideia de inferioridade racial e limita o reconhecimento da escola como um espaço acolhedor para todos os estudantes.

A exclusão histórica da população negra da educação formal remonta ao período escravocrata e se perpetuou no pós-abolição. Sem políticas públicas de inclusão, os negros foram privados do acesso à alfabetização e à escolarização por décadas. Ainda hoje, essa herança é visível em índices de evasão escolar, desempenho acadêmico e acesso ao ensino superior, que penalizam desproporcionalmente estudantes negros. As escolas localizadas em territórios periféricos, onde se concentra a maioria da população negra, frequentemente apresentam infraestrutura precária, déficit de professores, materiais insuficientes e ambientes pouco acolhedores.

Segundo Gomes (2017), "a estrutura educacional brasileira carrega consigo marcas do racismo institucional, que se expressa na negação das identidades negras, na baixa expectativa sobre estudantes negros e na ausência de representatividade positiva nos conteúdos escolares". Essa estrutura contribui não apenas para a exclusão escolar, mas também para a produção de subjetividades marcadas pela desvalorização e pela desigualdade de oportunidades.

Para (IPEA, 2019, p. 78)

"O racismo estrutural no sistema educacional brasileiro impacta diretamente a trajetória escolar dos estudantes negros, criando barreiras que dificultam sua permanência e conclusão dos estudos. A desigualdade no acesso a recursos, a falta de representatividade no corpo docente, a ausência de conteúdos que valorizem a história e cultura afro-brasileira, e as práticas discriminatórias dentro das escolas contribuem para o aumento das taxas de evasão entre esses estudantes. Dessa forma, a educação, que poderia ser um espaço de inclusão e transformação social, torna-se, muitas vezes, um ambiente de exclusão e reprodução das desigualdades raciais."

Fatores como discriminação racial, ausência de políticas de apoio psicossocial, e dificuldades econômicas geradas por uma realidade social historicamente desigual aumentam a evasão escolar e reduzem as chances de sucesso acadêmico para essa parcela da população. Mesmo com o avanço de políticas afirmativas, como as cotas raciais, ainda há resistência institucional e social à inclusão plena dos estudantes negros no ambiente educacional.

Portanto, enfrentar o racismo estrutural na educação pública brasileira exige mais do que acesso formal às escolas. É necessário garantir permanência, acolhimento, representatividade e políticas que reconheçam as desigualdades históricas e atuem diretamente para superá-las.

A falta de representatividade de pessoas negras tanto nos conteúdos escolares quanto no quadro de professores é um dos meios mais discretos, porém eficientes, de perpetuar o racismo estrutural dentro do sistema educacional. A predominância de enfoques eurocêntricos em disciplinas como história, literatura e filosofia reforça uma perspectiva que silencia ou minimiza as contribuições da população negra para a construção da sociedade brasileira. Essa ausência de identificação nas referências e nos materiais didáticos faz com que muitos estudantes negros se sintam excluídos e desmotivados no ambiente escolar. Além disso, a limitada presença de docentes negros em cargos de liderança acadêmica fortalece uma hierarquia simbólica que privilegia conhecimentos e autoridades majoritariamente brancos. Conforme destaca Ribeiro (2017), quando a escola não oferece uma representação positiva da população negra, ela acaba colaborando para a naturalização da desigualdade racial e para o insucesso educacional desses alunos. Por isso, a implementação de conteúdos que valorizem as culturas afro-brasileira e africana, em consonância com a Lei nº 10.639/2003, assim como a ampliação da diversidade racial entre os professores, são ações essenciais para enfrentar e desconstruir as práticas excludentes presentes na educação pública do Brasil.

3.Desigualdade de Oportunidades Educacionais entre Brancos e Negros nas Escolas

Públicas

A disparidade de oportunidades educacionais entre brancos e negros no Brasil é um dos reflexos mais evidentes do racismo estrutural. Apesar dos avanços institucionais nas últimas décadas, como a expansão do acesso ao ensino fundamental e as políticas de cotas no ensino superior, os dados mostram que estudantes negros seguem enfrentando barreiras significativas ao longo de sua trajetória escolar, principalmente nas escolas públicas. Essas desigualdades não se limitam ao acesso, mas também à qualidade da educação oferecida, à permanência e ao desempenho acadêmico.

De acordo com (IBGE, 2022, p. 112):

"As escolas públicas brasileiras, que atendem majoritariamente a população negra e de baixa renda, enfrentam frequentemente condições inadequadas de infraestrutura, o que compromete a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes. A falta de recursos básicos, como instalações físicas adequadas, materiais didáticos e acesso à tecnologia, cria um ambiente escolar pouco estimulante e muitas vezes hostil, contribuindo para a evasão e o baixo desempenho desses alunos. Essa realidade reflete uma desigualdade histórica que coloca em desvantagem os estudantes negros, perpetuando o ciclo de exclusão educacional e social."

Além da situação acima citada as escolas frequentemente enfrentam problemas como infraestrutura insuficiente, escassez de materiais pedagógicos, elevada rotatividade dos professores e baixos investimentos por aluno. Em contrapartida, a maior parte dos estudantes brancos frequenta instituições privadas, que geralmente dispõem de melhores condições educacionais, turmas menores e maior atenção personalizada. Essa disparidade estrutural contribui para aprofundar as desigualdades entre os grupos raciais, desde os primeiros níveis da educação básica até o acesso ao ensino superior.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), jovens negros têm mais chance de abandonar a escola antes de concluir o ensino médio, enquanto estudantes brancos permanecem por mais tempo no sistema educacional e atingem níveis mais altos de escolaridade. Esse cenário revela que o racismo, ainda que muitas vezes negado ou invisibilizado, opera na forma de obstáculos concretos ao desenvolvimento educacional da população negra.

Além disso, a carência de representações positivas, a presença de preconceitos raciais dentro do ambiente escolar e as baixas expectativas em relação ao desempenho dos estudantes negros contribuem significativamente para essa desigualdade. O insucesso escolar, nesses contextos, não pode ser atribuído à falta de habilidade dos indivíduos, mas sim a um sistema educacional que, desde suas origens, não foi estruturado para garantir a inclusão justa de todas as partes da sociedade. Conforme ressalta Kabengele Munanga (2003), "a desigualdade racial na educação não deve ser vista como uma exceção, mas sim como um resultado previsível de uma sociedade marcada por profundas desigualdades históricas e sociais".

Portanto, enfrentar essa disparidade exige ações concretas de reparação e justiça educacional, incluindo investimentos direcionados à educação pública em territórios vulnerabilizados, valorização da diversidade étnico-racial no currículo escolar, formação antirracista de professores e ampliação de políticas afirmativas em todos os níveis do ensino. Só assim será possível caminhar para um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo.

4. Desigualdade Racial na Educação: Um Panorama das Escolas Públicas Brasileiras

A educação sempre foi apresentada como uma via de ascensão social e de superação das desigualdades. No entanto, no contexto brasileiro, essa promessa ainda está longe de ser uma realidade para a maioria da população negra. As desigualdades raciais estruturais se refletem de forma contundente no sistema educacional, especialmente nas escolas públicas, onde se concentram os estudantes negros em maior número e onde se observa com clareza a precarização do ensino.

A diferença de oportunidades entre brancos e negros já se manifesta nos anos iniciais da educação básica. Crianças negras, em muitos casos, enfrentam condições socioeconômicas mais adversas, como moradias pre-

cárias, insegurança alimentar e dificuldades de acesso a serviços básicos. Esses fatores, somados à localização das escolas em territórios vulneráveis, resultam em contextos escolares marcados pela falta de infraestrutura adequada, baixa oferta de recursos pedagógicos e profissionais frequentemente sobrecarregados.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2019), estudantes negros têm maior probabilidade de frequentar escolas com piores indicadores de desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), enquanto estudantes brancos tendem a estar matriculados em instituições com melhores condições de ensino e aprendizagem. Essa diferença impacta diretamente a permanência e o sucesso escolar: a taxa de evasão entre jovens negros no ensino médio é significativamente maior que entre jovens brancos.

Outro ponto crítico diz respeito ao ambiente escolar e à experiência subjetiva dos estudantes negros. Muitas vezes, esses alunos enfrentam práticas discriminatórias, preconceito de professores e colegas, bem como ausência de conteúdos curriculares que valorizem a história e a cultura afro-brasileira. A falta de representatividade positiva contribui para a construção de uma autoestima fragilizada, que afeta o rendimento escolar e a motivação para continuar os estudos.

Como aponta Nilma Lino Gomes (2017), "a escola brasileira ainda precisa romper com práticas pedagógicas que naturalizam a exclusão racial e que reproduzem a desigualdade por meio da invisibilização das identidades negras e indígenas". A ausência de políticas educacionais verdadeiramente antirracistas, aliada à desvalorização da escola pública, perpetua um ciclo de exclusão e mantém as desigualdades educacionais entre negros e brancos.

Dessa forma, é urgente a implementação de políticas públicas que reconheçam o racismo como um fator estruturante da desigualdade educacional. Isso inclui o fortalecimento da Lei 10.639/2003, que torna obrigatória o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, além da formação de professores com perspectiva crítica e antirracista. Investir na equidade racial na educação pública não é apenas uma questão de justiça social, mas de transformação estrutural do país.

5. Empregabilidade e Discriminação Racial

O mercado de trabalho brasileiro reflete, de forma nítida, as consequências do racismo estrutural ao reproduzir desigualdades históricas no acesso, na remuneração e nas oportunidades de ascensão profissional. A cor da pele continua sendo um fator determinante nas chances de inserção no emprego formal, no tipo de ocupação desempenhada e no reconhecimento profissional, mesmo entre indivíduos com níveis equivalentes de escolaridade.

Embora o país tenha avançado em termos de legislação trabalhista e programas de inclusão, os indicadores revelam uma realidade desigual para a população negra. De acordo com dados do IBGE (2022), pessoas negras compõem a maior parte dos desempregados no Brasil e recebem, em média, salários significativamente menores que os trabalhadores brancos, mesmo ocupando funções semelhantes.

(SILVA, 2019, p. 88) diz:

"O racismo no mercado de trabalho brasileiro manifesta-se por meio de mecanismos sutis e estruturais que restringem o acesso da população negra a postos qualificados, cargos de liderança e melhores salários. Mesmo com níveis equivalentes de escolaridade, pessoas negras enfrentam maiores obstáculos para serem contratadas e promovidas, sendo frequentemente associadas a funções subalternas. Essa dinâmica reflete não apenas o preconceito individual, mas a reprodução histórica de uma hierarquia racial profundamente enraizada nas relações sociais e econômicas do país. Como observa Silva (2019), o racismo não apenas exclui, mas também organiza o mundo do trabalho de forma a manter a desigualdade como norma."

não houve qualquer política de integração da população negra ao mercado formal. Pelo contrário, políticas de imigração europeia foram incentivadas para preencher vagas de trabalho, enquanto os negros foram marginalizados e rotulados como "im-

próprios" para certas funções. Essa visão foi se perpetuando ao longo do tempo, criando um imaginário social que associa competência e profissionalismo à branquitude, e subalternidade à negritude.
Como aponta Almeida (2019), "o racismo estrutural opera de maneira silenciosa e eficiente ao limitar as possibilidades de ascensão social dos negros e ao reforçar a desigualdade como algo naturalizado nas relações de trabalho". Essa lógica se expressa tanto nos processos seletivos quanto no ambiente corporativo, onde barreiras simbólicas e institucionais dificultam o reconhecimento e a promoção de trabalhadores negros.
Além das dificuldades de acesso, há o problema da permanência em ambientes de trabalho frequentemente hostis, marcados por microagressões, exclusão de redes de influência e ausência de políticas efetivas de diversidade racial. A falta de representatividade negra em posições de poder, como diretorias, conselhos e espaços de tomada de decisão, também reforça a ideia de que há um "teto de vidro" racial, que limita o crescimento profissional da população negra.
Enfrentar essas desigualdades exige o reconhecimento explícito do racismo como uma barreira estruturante no mundo do trabalho. Políticas afirmativas nas empresas, programas de inclusão com recorte racial, ações de combate ao viés discriminatório em processos seletivos e a valorização da diversidade nas organizações são estratégias fundamentais para promover equidade. É preciso compreender que a luta por justiça racial no trabalho não é apenas uma demanda social, mas um imperativo ético e econômico.
Ainda de acordo com ALMEIDA, 2019, p. 102)

"No Brasil, a cor da pele continua sendo um fator determinante na inserção e mobilidade no mercado de trabalho. A discriminação racial não se manifesta apenas em atitudes explícitas, mas sobretudo em práticas institucionais e sociais que limitam, de forma silenciosa, as oportunidades de pessoas negras. Mesmo diante de avanços legais no combate à discriminação, o racismo estrutural se mantém como um mecanismo eficaz de exclusão, operando por meio da naturalização das desigualdades e da manutenção de uma hierarquia racial no ambiente profissional. A presença reduzida de negros em cargos de liderança ou prestígio não é acaso, mas reflexo de um sistema que historicamente os marginaliza."

Um dos aspectos mais evidentes dessa dinâmica é a segmentação racial das ocupações. A população negra, historicamente impedida de acessar os bens simbólicos do capital social e educacional, permanece em maioria nos empregos informais e nos trabalhos considerados de "baixa qualificação", como serviços gerais, comércio ambulante e trabalho doméstico. Segundo o Instituto Ethos (2016), em empresas de grande porte no Brasil, pessoas negras representam menos de 5% dos cargos de direção e gerência, enquanto constituem mais de 50% da força de trabalho total. Isso evidencia a existência de barreiras invisíveis – como a falta de redes de contato, estereótipos raciais e critérios subjetivos em processos seletivos – que limitam a mobilidade profissional dos trabalhadores negros.
Ademais, o racismo estrutural no ambiente corporativo não se expressa apenas na contratação, mas também nas relações interpessoais e nos processos de avaliação de desempenho. O preconceito velado e os estigmas raciais afetam a autoconfiança dos trabalhadores negros, geram sobrecarga emocional e produzem ambientes de trabalho excludentes. Muitas vezes, esses profissionais não encontram espaço seguro para relatar experiências de discriminação ou ascender na carreira sem serem constantemente questionados quanto à sua competência.
Para além das estatísticas, é necessário compreender que essas desigualdades são sustentadas por uma lógica de reprodução social baseada na manutenção dos privilégios brancos. Como afirma Carneiro (2003), "as instituições, inclusive as empresariais, foram historicamente estruturadas para atender aos interesses da branquitude, excluindo sistematicamente corpos negros dos espaços de prestígio e decisão". Portanto, as políticas de diversidade racial precisam ir além do discurso e incorporar ações concretas que garantam equidade nos processos seletivos, planos de carreira e ambientes

corporativos mais inclusivos.
Nesse cenário, iniciativas de inclusão racial devem ser compreendidas não como privilégios, mas como medidas corretivas diante de um desequilíbrio historicamente construído. Investir em formação de lideranças negras, revisar critérios de recrutamento e estabelecer metas de diversidade com monitoramento transparente são caminhos necessários para enfrentar a desigualdade racial no mundo do trabalho.

5.Antirracismo na Prática: políticas públicas e ações afirmativas como resposta ao racismo estrutural

O combate ao racismo estrutural no Brasil demanda mais do que discursos de igualdade ou ações simbólicas: exige políticas públicas concretas, sustentadas por dados, legislação eficaz e compromissos institucionais. A luta antirracista, nesse sentido, é inseparável da adoção de mecanismos estatais e sociais que reconheçam as desigualdades históricas sofridas pela população negra e proponham meios reais de reparação e equidade. Dentre esses mecanismos, destacam-se as ações afirmativas, como as cotas raciais, os programas de acesso ao ensino superior e as leis de valorização da história e cultura afro-brasileira.
A política de cotas raciais, uma das iniciativas mais debatidas e monitoradas desde sua implementação, tem se mostrado uma resposta efetiva — embora ainda parcial — ao racismo estrutural no sistema educacional e no mercado de trabalho. A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, reservou vagas nas universidades e institutos federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com recorte para renda, raça e etnia. Seu impacto foi significativo: houve aumento expressivo da presença de estudantes negros, pardos e indígenas no ensino superior, especialmente em cursos historicamente elitizados como medicina, direito e engenharia.
Estudos realizados por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que a política de cotas contribuiu para uma maior democratização do acesso à educação superior sem comprometer a qualidade acadêmica. Segundo o IPEA (2021), estudantes cotistas tendem a apresentar desempenho igual ou superior ao de não cotistas ao longo do curso, especialmente quando se consideram as condições de partida desiguais. Isso desmente o argumento de que as cotas "baixariam o nível" do ensino e reforça a ideia de que o mérito só pode ser avaliado dentro de contextos equitativos.
Além da educação, o campo das políticas públicas antirracistas se expandiu nos últimos anos com programas como o Sistema de Cotas no serviço público (Lei nº 12.990/2014), que reserva 20% das vagas em concursos federais para candidatos negros, e com legislações educacionais como a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Essas medidas são importantes não apenas pelo efeito numérico que produzem, mas por seu impacto simbólico e social: elas reforçam a presença negra em espaços historicamente brancos e contribuem para a construção de narrativas mais plurais, que reconhecem a contribuição da população negra na formação do país.
No entanto, ainda há desafios substanciais na implementação e fiscalização dessas políticas. A Lei 10.639/2003, por exemplo, enfrenta resistência institucional e falta de capacitação docente, sendo frequentemente tratada de maneira superficial nas escolas. Muitas instituições ainda carecem de materiais didáticos adequados, formação antirracista para professores e vontade política para efetivar a proposta curricular. No caso das cotas, apesar dos resultados positivos, é preciso discutir sua continuidade, já que a própria Lei nº 12.711/2012 previa uma revisão após dez anos de vigência. Essa revisão, feita em 2023, manteve a política, mas levantou debates sobre a necessidade de aperfeiçoamento, monitoramento e ampliação do alcance para além do ensino superior.
Como alerta Silvio Almeida (2019), "ações afirmativas não são privilégios, mas respostas a um sistema de exclusão que, historicamente, impediu o acesso da população negra a direitos básicos". O antirracismo, nesse sentido, exige a inversão da lógica do "neutralismo institucional" que, ao tratar todos como iguais num cenário de desigualdade, perpetua a exclusão. As ações afirmativas buscam justamente corrigir esse desequilí-

brio, oferecendo condições mais justas de competição e reconhecimento.

Além das ações estatais, é necessário que empresas, universidades, organizações civis e demais instituições também assumam compromissos antirracistas. Isso inclui a criação de programas de estágio e trainee para jovens negros, revisão de critérios de seleção com viés racial, estímulo à diversidade nos espaços de liderança, e formação contínua de equipes com foco em justiça racial. A transformação não será completa sem uma atuação coordenada entre poder público e sociedade civil.

Em conclusão, as políticas públicas e ações afirmativas voltadas à equidade racial são instrumentos fundamentais no enfrentamento do racismo estrutural. Embora ainda insuficientes para romper com todas as desigualdades históricas, essas políticas representam um passo concreto em direção à justiça social. Seu fortalecimento e ampliação, aliados a uma postura institucional proativa, são caminhos necessários para a construção de um Brasil mais equitativo, democrático e verdadeiramente comprometido com a igualdade racial.

Conclusão

O racismo estrutural no Brasil não representa um desvio ocasional no funcionamento da sociedade, mas sim um elemento central e historicamente consolidado em suas bases institucionais. Herdeiro direto do período colonial e da longa duração da escravidão, esse tipo de racismo persiste ao longo do tempo e assume novas formas nas desigualdades contemporâneas. Ao longo deste trabalho, foi possível perceber como sua atuação está presente de maneira evidente em diversos campos, como o sistema educacional público, o mercado de trabalho, as políticas de acesso ao ensino superior e até mesmo nas estruturas simbólicas que perpetuam a marginalização de negros e indígenas. Ainda que existam avanços legais significativos, como a Lei nº 10.639/2003 — que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas — e as políticas de cotas raciais que ampliaram o acesso de estudantes negros a universidades públicas e concursos, esses mecanismos ainda enfrentam limites. Muitos deles sofrem com baixa aplicação, falta de fiscalização e resistência social, o que reduz seu alcance e eficácia na superação das desigualdades raciais. Diante desse contexto, é essencial que o poder público ultrapasse o discurso legal e transforme as ações afirmativas em práticas institucionais cotidianas, capazes de impactar de fato a realidade. Isso implica investir na formação de educadores comprometidos com uma pedagogia antirracista, na reformulação dos currículos escolares para incluir de forma consistente as contribuições das populações afrodescendentes e indígenas, e na melhoria da infraestrutura das escolas localizadas em áreas historicamente negligenciadas. Além disso, é necessário criar mecanismos de controle e avaliação que monitorem desigualdades raciais e estabelecer metas claras para aumentar a presença de pessoas negras em posições de liderança e decisão, inclusive no mercado de trabalho. Paralelamente às ações governamentais, é imprescindível que a sociedade civil se engaje ativamente nesse processo, por meio do fortalecimento dos movimentos negros, da valorização da produção cultural das periferias e da escuta das vozes historicamente silenciadas. A arte, a música, a literatura e outras formas de expressão cultural desempenham um papel vital na construção de identidade, resistência e pertencimento. Assim, reconhecer a existência do racismo estrutural é apenas o início de um caminho que exige ações contínuas, comprometidas e coletivas. A transformação profunda desse sistema não ocorrerá sem vontade política, investimento social e engajamento público. Uma sociedade verdadeiramente democrática só será possível quando a equidade racial deixar de ser uma promessa distante e se tornar um princípio prático e presente nas instituições e nas relações sociais do país.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da

União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.
BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2014.
CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: insumos para políticas públicas. Brasília: MEC/SECAD, 2017.
IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
IBGE. Educação 2022: indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
INSTITUTO ETHOS. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. São Paulo: Instituto Ethos, 2016.
IPEA. Desigualdades raciais e educação básica no Brasil. Brasília: IPEA, 2019.
IPEA. Política de cotas e desempenho acadêmico nas universidades federais brasileiras. Brasília: IPEA, 2021.
MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2003.
RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala. São Paulo: Letramento, 2017.
SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
SILVA, Jurema Werneck. O que é racismo estrutural. São Paulo: Zahar, 2019.